

Rafaela Caroline Bacelar

Estudo de aplicabilidade de um modelo de rastreamento de riscos e recursos no desenvolvimento e comportamento de crianças na primeira infância.

O objetivo do presente estudo foi examinar riscos e recursos no desenvolvimento e comportamento de crianças na primeira infância. A amostra foi composta por 497 mães com nível superior de escolaridade (64%) e seus 557 filhos de 1 a 65 meses (54% meninos). O recrutamento e coleta de dados foram realizados online devido à pandemia. O desenvolvimento e comportamento infantil foram avaliados pelo *Survey of Well-being of Young Children* (versão brasileira). Os indicadores maternos avaliados foram os sintomas de depressão (*Patient Health Questionnaire*), histórico de adversidades na infância materna (*Adverse Childhood Experience*) e senso de competência parental (*Parenting Sense of Competence Scale*). Foram realizadas as análises de estatística descritiva e de regressão logística (defeito do desenvolvimento) e linear múltipla (defeito do comportamento), considerando-se preditores da criança, materno e risco familiar. O nível de significância foi de 5%. Os resultados mostraram que 74% das crianças encontravam-se no nível de desenvolvimento esperado e 26% tinham suspeita de atraso. Quanto ao comportamento socioemocional, a minoria das crianças aos 1-17 meses apresentou riscos de alterações nos domínios da inflexibilidade (23%), irritabilidade (22%) e dificuldade com mudança de rotina (31%). Aos 18-65 meses, apenas 10 % das crianças apresentaram risco de alterações do comportamento. Quanto aos indicadores maternos, 21% das mães apresentaram sintomas depressivos e 80% relataram histórico de adversidades na infância, ao passo que 54% revelaram bom senso de competência parental. Considerando-se os fatores preditores significativos do desenvolvimento de 1-65 meses, verificou-se que crianças nascidas pré-termo e meninos apresentaram maior risco de atraso no desenvolvimento. Por outro lado, as crianças mais velhas e com mães mais escolarizadas e renda mensal familiar acima de R\$ 5.000,00 tiveram menor risco de atraso no desenvolvimento. Especificamente, aos 1-36 meses, nascimento pré-termo foi o fator de maior risco para o desenvolvimento, enquanto que maior escolaridade materna e renda familiar mensal acima de R\$ 5.000,00 foram fatores protetores do desenvolvimento. Na fase de 37 a 65 meses, por sua vez, nascimento pré-termo e ser menino foram fatores de risco ao desenvolvimento, enquanto maior escolaridade materna e renda familiar mensal superior a R\$5.000,00 foram fatores

protetores. Considerando-se o comportamento das crianças, aos 1-17 meses, detectou-se que a inflexibilidade foi predita por mais sintomas de depressão materna, menor senso de competência parental e renda familiar mensal inferior a R\$5.000,00; a irritabilidade foi predita por mais sintomas de depressão materna; a dificuldade com mudança na rotina foi predita por mais sintomas de depressão materna e menores escolaridade materna e senso de competência parental. De 18-36 meses, o histórico de adversidades da infância materna aumentou o risco de alterações do comportamento das crianças. Aos 37-65 meses, o fato de ser menino associado aos fatores maternos de sintomas de depressão e/ou depressão moderada, moderada grave e grave e menor senso de competência parental constituiu-se em maior risco de alterações do comportamento socioemocional das crianças. Conclui-se que o modelo de avaliação, combinando avaliação do desenvolvimento e comportamento das crianças e indicadores biológicos e psicossociais, foi efetivo para detecção de riscos e recursos na primeira infância.